

EDITORIAL¹

A preocupação com a desigualdade permeia tanto os temas regionais quanto os urbanos e ambientais. Dimensioná-la e enfrentá-la sempre será um desafio nas etapas de desenvolvimento das políticas públicas. A desigualdade pode estar presente nas mais diversas escalas e territórios, seja na conformação intraurbana de uma cidade, na distribuição de oportunidades regionais ou na relação comercial entre as nações.

É com satisfação que apresentamos a 28ª edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, que mantém seu compromisso com ensaios de diversas áreas, demonstrando que a produção econômica, em suas diferentes vertentes – agropecuária, industrial e de serviços –, busca, em última instância, a melhoria da qualidade de vida da população, tanto no campo quanto na cidade.

Nessa trajetória, ainda que valorosas contribuições em textos na forma de ensaios e notas sigam preenchendo nossas páginas, mantemos a dificuldade na obtenção de alguns dados de acompanhamento de nossos indicadores, restritos nesta edição a indicadores federativos e ambientais. Ressalte-se que esta edição, ainda que publicada em 2023, teve seu conteúdo finalizado ainda em 2022.

Seguindo a guia da preocupação com a desigualdade, abre-se o boletim com um ensaio sobre a disparidade regional brasileira no contexto da Terceira Revolução Industrial. Do regional aproxima-se ao local com o olhar urbano para abordar, no segundo ensaio, os assentamentos informais, consequência mais uma vez da persistente desigualdade. Tema também de interesse, muitas vezes e equivocadamente vinculado exclusivamente à ideia de cidade, o saneamento é debatido em seu lócus rural no terceiro ensaio, a partir do qual se desfiam mais quatro textos com um olhar mais produtivo e vinculado ao amplo espectro da agropecuária, incluindo a aquicultura.

Os artigos agropecuários iniciam-se com a abordagem sobre o financiamento do principal crédito produtivo do agricultor familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), observando-se o papel dos fundos constitucionais como fonte. Em seguida, um ensaio trata da aquicultura costeira, abordando tanto o potencial quanto o impacto da sua produção. Por fim, encerra-se a seção de ensaios com dois textos sobre subsídio e proteção comercial agrícola, um tratando do Japão e outro dos Estados Unidos.

A seção de notas de pesquisa traz os avanços e os desafios na manutenção do acompanhamento do Índice de Vulnerabilidade Social, orgulhosamente desenvolvido por esta Casa. Acompanha esta nota, em seguida, outra, sobre a elaboração de um estudo regional (latino-americano) em desenvolvimento sobre a agricultura familiar.

Devido à indisponibilidade de dados atuais, os indicadores urbanos e metropolitanos seguem sem acompanhamento como nas edições anteriores, mas conseguiu-se gerar um indicador ambiental. Sobre os indicadores urbanos, lembramos que as alterações na Pesquisa

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua28edit>

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e no questionário do Censo Demográfico, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazem grandes desafios no acompanhamento do déficit habitacional, por exemplo, exigindo dos seus tradicionais analistas alterações e simplificações para conseguirem captar esta demanda, ainda que não em sua completude. Todos os indicadores, como de praxe, são devidamente apresentados e explicados na última seção desta edição.

Boa leitura!

Os Editores